

# e Desenvolvimento

Enquadro-me em valores e em referências que unem e não separam

— — — — —  
Porque é autónoma esta candidatura tem identidade própria, um programa, um estilo, um modo de conceber e de intervir na vida social e política

— — — — —  
Esta candidatura não é um acto isolado é um processo colectivo. Ela pretende ser um contributo para a libertação das mentalidades, para que ideias diferentes se reunam, conjuguem, convirjam

**Palavra de candidata** **3**



Com o presidente da Câmara de Idanha-a-Nova

**Populações da Beira Baixa acreditam no futuro por isso querem a mudança** **4**



Na Senhora do Almortão: «Obrigado por ter vindo à nossa festa»

# Núcleos de apoio

- Núcleo de Apoio Regional do Algarve-  
/Barlavento — Telfs. 082/60224;  
082/24291
- Núcleo de Apoio Regional do Algarve-  
/Sotavento — Telfs. 089/52949;  
089/22392; 089/26514
- Núcleo de Apoio Regional de Aveiro-  
/Centro-Sul — Telfs. 034/28795;  
034/22837; 034/28251
- Núcleo de Apoio Regional de Aveiro-  
/Norte — Telfs. 056/52961
- Núcleo de Apoio Regional de Beja —  
Telfs. 084/23157; 084/26462
- Núcleo de Apoio Regional de Castelo  
Branco/Norte — Telfs. 075/52022
- Núcleo de Apoio Regional de Castelo  
Branco/Sul — Telfs. 072/27570;  
072/23415
- Núcleo de Apoio Regional de Castelo  
Branco/Oeste — Telfs. 074/61136;  
074/61374
- Núcleo de Apoio Regional de Coimbra  
— Telfs. 039/72432; 039/713130;  
039/714886
- Núcleo de Apoio Regional de Évora —  
Apartado 34 — 7001 Évora Codex; telf.-  
066/27087
- Núcleo de Apoio Regional da Guarda —  
Telfs. 071/23098; 071/29145; 071/22936
- Núcleo de Apoio Regional de Leiria-  
/Norte — Telfs. 036/44129; 036/35354
- Núcleo de Apoio Regional de  
Leiria/Centro — Telfs. 044/22015
- Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Sul  
— Dr. Jorge Varanda, Rua Maltonado  
Freitas, Lote 10-1.º Esq., Caldas da  
Rainha
- Núcleo de Apoio Regional de Lisboa e  
Setúbal — Rua Luciano Cordeiro  
24-A/B, 1100 Lisboa — Telfs 525665;  
Apartado 10 007 — 1019 Lisboa Codex
- Núcleo de Apoio Regional de Portalegre  
— Telfs. 045/24124; 045/42114;  
045/21375
- Núcleo de Apoio Regional do Porto —  
Telfs. 02/695307; 02/312053; 02/496437  
Este núcleo tem responsabilidades  
organizativas para os distritos de **Porto,  
Braga, Viana, Vila Real e Bragança** e  
ainda com os concelhos de Feira, Espinho  
e Castelo de Paiva. Pretende-se no futuro  
que o grupo de concelhos que constituem  
o Núcleo de Apoio Regional de Viseu  
Norte (Lamego, Resende, Cinfães,  
Armamar, Tabuaço e São João da  
Pesqueira) fiquem em ligação operacional  
com o N.A.R. Porto. Oportunamente  
serão dados os contactos em todos os  
distritos do Núcleo.
- Núcleo de Apoio Regional de Santarém  
— Telfs. 043/25531
- Núcleo de Apoio Regional de  
Viseu/Centro — Telfs. 032/25737 —  
Apartado 194 — 3502 Viseu Codex
- Núcleo de Apoio Regional de



## A dinâmica dos núcleos do Porto e Santarém já produziu folhas de informação própria

- Viseu/Lafões (Concelhos de Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vouzela) — Telf. 032/77104
- Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Sul (Concelhos de Tondela, Mortágua, Santa Comba Dão e Carregal do Sal) — Telfs. 032/82317; 032/82105
- Núcleo de Apoio Regional dos Açores — Dr. Ricardo Manuel Amaral Rodrigues; Rua Simões de Almeida, 16 — 9680 Vila Franca do Campo (Açores) — Telf. 096/52386
- Comissão Técnica Coordenadora  
Principais Departamentos:  
Departamento  
Informação/Comunicação: Dr. Luis Reto — Telfs. 371024; 525665  
Departamento Comunicação Social (Rádio, Televisão, Vídeo): Emídio Rangel — Telfs. 2903403; 547527; 525665  
Imprensa Nacional (Diária e Semanal): Helena Sanches Osório — Telfs. 2687620; 525665  
Imprensa Regional e Local: Júlio Freches/Galamba de Oliveira — Tel. 525665  
Revistas: Moutinho Pereira — Telf. 9801030  
Departamento de Socioprofissionais: Dr.ª Gabriela Amaro — Telfs. 2465353; 525665  
Departamento de Coordenação de Voluntários: Telf. 525665.

## Novos núcleos

- Almada — Telfs.: 2201747; 2901337
- Amadora — Telfs.: 975612; 971319; 978655
- Braga — Telf.: 053/71593
- Lisboa/Lumiar — Telfs.: 7583456; 794663
- Lisboa/Olivais — Telfs.: 333250; 310761
- Loures — Telfs.: 9882204; 9814569; 2517145
- Montijo — Telf.: 2310708
- Sintra — Telfs.: 9213244; 9211121
- Viana do Castelo — Telf.: 058/25844

**Visita núcleos de Leiria - 24, 25, 26 de Maio**

# PALAVRA DE CANDIDATA

## Independência

### — uma atitude, um processo

Não é por acaso, não é por indefinição de ideias e objectivos, não é por desconfiança em relação aos partidos, não é por tática política, que a minha candidatura à Presidência da República é **uma candidatura independente**.

**1** O Presidente da República na função de total isenção que deve ser a sua, não pode estar dependente dos interesses de quaisquer grupos.

Porque é o supremo magistrado da Nação, cabe-lhe salvaguardar o primado do poder político sobre o poder económico para assim honrar o Estado de direito que é o nosso.

As suas opções, os seus objectivos, as suas decisões, não podem ser influenciados nem alienados pelos interesses económicos ou estratégicos, individuais ou de grupos. A economia não se relança com actos discricionários mas sim com o conhecimento exacto dos mecanismos produtivos, económicos e financeiros e com a firmeza necessária para estabelecer regras concretas e a prazo de modo a que os agentes económicos se possam orientar. Mas importa não confundir este objectivo com compromissos pontuais, com a política do privilégio administrativo ou financeiro.

Tão pouco deve o Presidente da República, no complexo equilíbrio das competências e poderes dos órgãos de soberania, estar vinculado, por filiação, por ideologia ou por cumplicidade tática, a qualquer partido político. Os partidos políticos exprimem a liberdade de os cidadãos se associarem por correntes de opinião política. Essa liberdade é essencial à democracia. Por isso sem liberdade de constituição e de participação em partidos políticos não há democracia. Mas não basta a liberdade da existência de partidos políticos para que a democracia funcione adequadamente. Face à excessiva partidização da vida política, ameaçando romper o tecido social e a nossa coesão como povo, o Presidente da República deve ser **uma personalidade isenta, nem símbolo de um partido nem emanção dele**. O querer comum necessário a uma pátria limpa não se forja com acertos, ligações ou distâncias táticas. A identidade nacional não comporta camuflagens.

**2** A minha candidatura é uma candidatura independente por uma razão clara e inequívoca: **é que eu sou uma pessoa independente**. Não pertenço, não pertenci a nenhum partido político, nem nunca estabeleci alianças privilegiadas com qualquer partido, embora reconheça a dedicação e militância de muitos amigos que são filiados em partidos. Tão pouco sou dependente de quaisquer interesses económicos, nacionais ou estrangeiros, embora tenha tido a oportunidade de trabalhar com grupos de forte poder económico.

A todos reconheço a qualidade de interlocutores. O diálogo franco e directo é a forma que tenho para exprimir a minha independência sem rotura nem indevido distanciamento.

Entendi que esta minha condição de independente, por atitude assumida, é necessária na actual situação da vida política portuguesa. Os partidos têm usurpado o poder dos cidadãos e invadido, através das suas clientelas, todas as instituições que directa ou indirectamente dependem do Estado. Nesse contexto — disse-o e reafirmo-o — **«seria um grave erro político, de consequências fatais para a democracia, partidizar a Presidência da República»**. De resto, o povo, que intui onde estão os verdadeiros perigos, assim o exprime quanto, em sondagem recente (cf. «Semanário» de 27 de Abril de 1985) diz querer, em 63,3%, um Presidente independente dos partidos políticos.

A necessidade de uma personalidade independente para a função presidencial foi tornada ainda mais instante pela revisão constitucional de 1982 cujos autores partidizararam todas as instituições democráticas de poder político, tornando-as emanção do Parlamento. «Ao partidizar esses órgãos, as coligações e os grupos que contribuíram para a revisão, contribuíram para algo de muito mais grave que foi tentar partidizar as nossas mentalidades».

Este estado de coisas tem consequências nefastas. Nefastas porque se faz com sectarismo e impedindo o diálogo cooperante de que precisamos absolutamente e urgentemente. Nas empresas e outros lugares de trabalho, nos sindicatos e associações profissionais, nas autarquias e centros regionais, ou instituições culturais e até nos grupos recreativos, os portugueses são levados a dividirem-se segundo os partidos das suas preferências, antes de tentar uma análise objectiva dos problemas, num esforço mínimo para se entenderem.

Ora é preciso repararmos em que está aqui uma doença de desagregação interna do tecido social, um vasto e permanente desperdício de energia humana, dessa energia que é a única riqueza inesgotável de que temos necessidade para reconstruir o País.

Por isso, a candidatura independente de são e tempo, as actuações necessárias para modificar este processo destruidor numa dinâmica congregadora que permita o avanço para as soluções dos problemas a que temos de fazer face.

A função presidencial, como tenho vindo a esboçar na minha concepção das coisas, implica o apelo permanente aos múltiplos e diferenciados grupos de cidadãos para que se entendam no muito em que é possível entenderem-se. É aí que a independência se manifesta como um cimento agregador das vontades e um esteio da unidade nacional.

O uso afirmar que a independência que me caracteriza se exprime por uma liberdade fundamental. Enquadro-me em valores e em referências que unem e não separam. São esses valores e essas referências que estão para além das divisões artificiais que exageros sectários, de formação simplista de ideologias mal entendidas, têm criado e continuam a criar entre os portugueses.

Falar de candidatura independente é falar de autonomia, capacidade de juízo próprio. Que não haja dúvida: porque é autónoma,

esta candidatura tem identidade própria, um programa, um estilo, um modo de conceber e de intervir na vida social e política.

**3** Esta candidatura não é um acto isolado — é um processo colectivo. Nela estamos empenhados homens e mulheres que autonomamente nos situamos na vida. Sem mentores e sem manuais. Sem benesses e sem compadrios. Mas conscientes da nossa identidade, do que somos e do que queremos.

Por isso, a candidatura independente de uma pessoa independente marca o carácter independente da caminhada comum.

Ela representa a certeza de que há, nestas eleições presidenciais, **um espaço de autêntica liberdade e autonomia, de comportamento verdadeiramente independente**, sabendo o que quer, sem calculismos, sem subserviências, sem arrogâncias.

Esta candidatura pretende ser um contributo para a libertação das mentalidades, para que muitas ideias diferentes se reúnam, conjuzem, convirjam.

E por esta razão, por que nos queremos independentes — e não por qualquer cegueira caprichosa ou egocentrista — que seguimos o nosso caminho sem estarmos à espera que outros nos aplinem as dificuldades e sem nos deixarmos determinar pelos sobresaltos constantes do que tem sido a vida política portuguesa nos últimos tempos.

Mas não significa isso uma auto-suficiência. Pelo contrário, é a **qualidade de candidatura independente que nos faz penetrar mais fundo nas necessárias interdependências da vida**, e procurar, por todas as formas as convergências entre grupos, pessoas, associações que constituem o País que somos.

Por isso esta candidatura é um apelo à liberdade de pensamento, à liberdade de consciência, à liberdade pura e simples de se escolher e decidir. É um apelo à verdade do que somos, sem subterfúgios nem sofismas. É um apelo à convergência, à interdependência, à solidariedade.



*M. F. P. Santos*





Uma entrevista à Rádio Livre de Abrantes, colóquios e encontro com os núcleos da Sertã preencheram a passagem pela zona do pinhal onde obviamente o tema central foi a floresta.

Sertã, Castelo Branco, Fundão, Idanha-a-Nova

## Com populações da Beira Baixa a esperança de um futuro melhor

Qualquer que seja o itinerário escolhido para chegar à Sertã percorrem-se sempre estradas velhas e semidestruidas.

Os camiões de toros executam todos os dias um «rally» lento por entre os buracos mais cavados e demoram muito tempo a atravessar aquela «superfície lunar».

É nítida a sensação de que se entrou numa zona desfavorecida do País, por onde não passam os «mercedes» que estacionam todos os dias no Terreiro do Paço.

Foi por aqui que a eng. Maria de Lourdes Pintasilgo iniciou uma visita à Beira Interior. O objectivo era contactar as gentes que habitam esta parte deserdada do País e visitar os seus lugares de infância.

Tendo nascido em Abrantes (bem perto da Sertã) a eng. Maria de Lourdes Pintasilgo aprendeu ali a ouvir os silêncios da floresta e a perceber as pessoas da Beira. Esta visita foi, por isso, um reencontro com a floresta e com as pessoas. Chegámos de manhã,

num dia com sol. Juntamente com os apoiantes que constituem o núcleo da Sertã, percorremos a pé as ruas da vila. Uns olham curiosos, outros levantam o braço em jeito de saudação. A última vez que a eng. Maria de Lourdes Pintasilgo passou por ali era ainda primeira-ministra. Desceu propositadamente do Terreiro do Paço à Sertã para falar com os presidentes das Juntas de Freguesia que viviam amarguradamente um dos mais graves incêndios ocorridos na «zona do Pinhal». As pessoas não esqueceram este gesto. Tomaram, por isso a iniciativa de relembrar essa visita numa hora difícil. Os dois momentos mais importantes desta estada de um dia na Sertã, foram o colóquio sobre a importância da floresta para o desenvolvimento económico do País e o jantar oferecido à eng. Maria de Lourdes Pintasilgo.

As pessoas apareceram em número inesperado. O presidente da Câmara participou activamente no colóquio que contou com a presença de muitos madeireiros e engenheiros silvicultores.

A passagem por terras beirãs, com todas as suas diferenças, marcou a certeza do querer comum de homens e mulheres que no diálogo constroem o futuro

A eng. Maria de Lourdes Pintasilgo conhecedora daquela realidade, produziu uma intervenção esclarecedora. Falou dos problemas concretos e das soluções objectivas. O debate, muito vivo, incidiu sobre a deficiente gestão da floresta e em particular sobre a forma pouco rentável e continuada como se faz o aproveitamento dos desperdícios e subprodutos.

Estes desperdícios e subprodutos da floresta são, por regra, os responsáveis pela rápida propagação dos incêndios.

O dia terminou com um jantar em que participaram dezenas de pessoas. Um jantar alegre que reservou à eng.

Maria de Lourdes Pintasilgo uma enorme surpresa: um agrupamento musical de Abrantes foi propositadamente à Sertã para apresentar à sua contrarrânea a música popular que tem recolhido na região. As cantigas sucederam-se. A festa aconteceu.

Quando deixámos a Sertã, embrulhados de novo na odisséia de percorrer as estradas esburacadas, demos-nos a pensar nas palavras com que a eng. Maria de Lourdes Pintasilgo terminou uma entrevista à Rádio Livre de Abrantes: «o futuro tem de ser melhor».

**De Castelo Branco às campinas da Idanha**

A surpresa inicial desde logo se transformou em entusiasmo traduzido no gesto espontâneo e pela palavra amiga e entusiasta com que gente anónima de Proença-a-Nova envolveu a eng. Maria de Lourdes Pintasilgo quando, numa manhã de sábado, a descobriram, num café da aldeia, a tomar o pequeno-almoço.

Incrédulos interrogavam-se entre si: «É a senhora engenheira?!» E logo uns mais afoitos acenavam afirmativamente, abrindo o cortejo que se lhe dirigiu a falar de si, dos seus problemas, confiando-lhe a esperança de um futuro melhor.

A volta pela Beira Baixa não previa grandes demoras em Proença, e apesar do entusiástico acolhimento ali dispensado, a eng. Maria de Lourdes Pintasilgo e sua comitiva tiveram de abreviar a sua presença naquela simpática aldeia, retirando-se a caminho de Castelo Branco, onde a aguardavam dezenas de representantes dos núcleos de apoio locais. Uma visita ao museu e um almoço de trabalho com os representantes dos núcleos preencheram o esquema de trabalho traçado para Castelo Branco. Seguiu-se, depois, a jornada do Fundão, onde a eng. Maria de Lourdes Pintasilgo se reuniu com apoiantes locais para uma avaliação dos problemas que se colocam com particular acuidade naquela região, ou seja toda a problemática do Vale do Fundão, a venda de terrenos a estrangeiros e a fruticultura. Neste encontro, além dos elementos locais, participaram delegações de Belmonte, Guarda e Castelo Branco.

Um domingo particularmente gratificante iria ser vivido pela eng. Maria de Lourdes Pintasilgo que, a caminho de Guadalupe (Espanha), se detinha em Idanha a Nova e na Senhora do Almorção.

Na vila, sede de concelho, informalmente, como qualquer cidadã comum, tomou o pequeno-almoço, sendo de imediato reconhecida e abordada por populares que lhe manifestaram o seu apoio e entusiasmo pela campanha. Depois foi a subida da montanha, à Senhora do Almorção. Era dia de romaria anual, as estradas que serpenteiam até ao cabeço onde se localiza a capela emprestavam o calor festivo das gentes que a percorriam em romaria. Misturados com a multidão, rompendo a zona dos tendeiros, Maria de Lourdes Pintasilgo e seus acompanhantes, entraram na capela e participaram na Eucaristia dominical. No final da missa, logo reconhecida pelas centenas de populares que a cercaram, ouviu as queixas dos agricultores locais, passeou pelas tendas dos feirantes e ouviu da boca dos romeiros um agradecimento sincero: «Obrigado por nos ter dado a honra de vir à nossa festa».

Com o presidente da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova trocária, ainda, algumas impressões, seguindo depois para Monfortinho e dali para Guadalupe, onde participou num encontro de antigos chefes de governo.

Deste primeiro encontro com a população da Beira Baixa ficou o entusiasmo e espontaneidade do acolhimento prestado à eng. Maria de Lourdes Pintasilgo e a cativante simplicidade com que as suas gentes lhe confiaram a esperança de um futuro melhor.

# CEM DIAS NO PODER

## Quatro meses e dez dias de Saúde em Portugal

De um artigo de Correia de Campos, secretário de Estado da Saúde do V Governo, e publicado no «Processo Zero», em Fevereiro de 1980, extraímos os princípios que presidiram à Política de Saúde do Executivo presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo.



**O princípio da universalidade de cuidados** (toda a população deve ter direito aos mesmos cuidados, independentemente do seu estatuto socioprofissional, residência, etc.) ordenava a reunião de serviços redundantes, sobretudo prestados de cuidados primários. Dai a integração a nível de direcção-geral, a nível de distrito e a nível local.

— **O princípio da descentralização administrativa** conduziu ao reforço das Administrações Distritais de Saúde, estruturas ensaiadas em 1977 mas prestes a claudicarem por não correspondência integradora a nível central e local. As novas Administrações (ADS), criadas pelo Decreto-Lei n.º 519-02/79 de 29 de Dezembro, passam a dispor de reais e efectivos poderes de gestão dos serviços de saúde. Para as direcções-gerais, em Lisboa, ficara a competência normativa, orientadora ou de coordenação.

— **O princípio da participação da comunidade** na administração dos serviços, de há muito propugnado pela Organização Mundial de Saúde e já hoje adoptado em dezenas de países. A saúde é um bem cuja qualidade e comunidade e o indivíduo melhor apreciam, quando participam na gestão dos serviços. A presença das autarquias, sindicatos e grupos socioprofissionais nos órgãos directivos de Centros de

Saúde e Administrações Distritais é elemento indispensável de um novo estilo de gestão que leve as populações a assumir como primeiro dos seus deveres, nesta matéria, o cuidar da própria saúde, defendendo-a e promovendo-a.

— **O princípio de relação personalizada prestador-utente:** é importante ultrapassar a visão mecânica dos cuidados médicos, substituindo-a pela noção de cuidados de saúde globais. O prestador-médico, enfermeira, paramédico, trabalhador social, etc. — deve intervir com a noção de que a pessoa do utente lhe deve importar mais que a sua doença ou o órgão atingido. E a pessoa do doente, o indivíduo em si, é indissociável da sua comunidade natural primária, a família, e das restantes comunidades em que se insere ao longo do ciclo de vida: escola, profissão, residência, lazer. Dai que o prestador, ou melhor, a equipa que «mantém» a saúde da comunidade, tenham que trabalhar em condições de conhecerem do que a eles recorre, muito mais que o corpo, o nome e o número: conhecer os factores causais que o levam àquela disfunção ou ao simples recurso de rotina aos serviços.

— **A profissionalização de prestadores de cuidados:** a organização dos serviços acomoda-se com crescente inquietação à itinerância dos médicos, à sua instabilidade física, à ligeireza que prejudica a observação, o diagnóstico

e o tratamento. Sem condições de fixação dos profissionais a um único local de trabalho não pode haver progresso profissional e muito menos avanço científico. A qualidade da medicina nacional não pode ser garantida com a fugaz passagem do mesmo médico por três, quatro e mais consultórios, que partilha com outros fugazes ocupantes, sem um traço de ligação pessoal. Se o preço que o País tem de pagar pela fixação de profissionais é um salário elevado, pois que seja, mas de uma vez para sempre e sem lugar a fraudes. E se alguns, ou mesmo muitos, preferem o desconforto, a instabilidade, a degradação técnica e científica do pluriemprego, pois que os mantenham sem serem violentados. Mas o certo é que um pequeno número de médicos em dedicação exclusiva, ao fim de dez anos, transforma-se num grande número talvez a maioria, como sucede em países bem próximos de nós. Neste sentido da profissionalização médica em termos não-compulsivos se orientou o governo anterior, e pensa-se que não haverá outras alternativas a este método.

— Finalmente, o reconhecimento de que a saúde não é uma condição isolada do desenvolvimento socioeconómico-cultural e político. Um povo culto é um povo rico, saudável e progressivo. Muito mais que a acção médica directa, a existência de boa habitação, alimentação regrada, hábitos de vida saudáveis e educação avançada, são condições de grande impacto no nível sanitário das populações. A saúde é quase sempre uma consequência, onde a actuação sobre as causas próximas, embora eficaz, se torna, a certa altura ineficiente, por excessivamente dispendiosa, restando a alternativa correcta da revisão das causas remotas.

É importante ainda compreender que o Serviço Nacional de Saúde sendo um conjunto de órgãos, trabalhando com certa metodologia e de acordo com certos princípios, pressupõe para ter êxito, a criação das tais condições envolventes: alimentação equilibrada, alojamento condigno e, muito em especial, a participação consciente e deserta das populações, quer na administração do serviço, quer na defesa e promoção da sua própria saúde. Tentar organizar os serviços de saúde com desconhecimento destes princípios é construir na areia, aumentar os gastos sem controlo, medicalizar e medicalizar os utentes, agredindo o equilíbrio do seu ecossistema.

---

## Entrevista à RR — adiada para Junho

---

# ESTÃO CONNOSCO

Ao acaso retiramos das listas dos milhares de subscritores do distrito de Santarém alguns nomes de apoiantes da candidatura da engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo. Sem grandes preocupações de privilegiar este ou aquele nome, mas tão somente de registar o grande movimento de apoio que se alarga a todas as camadas da população. Homens e mulheres, operários e artistas, intelectuais e estudantes, jovens e reformados, todos eles participam nesta caminhada comum.



Eduardo Baptista Falcão, professor, Azambuja  
Maria Leonor Mendes Paulo, médica, Azambuja  
Jacinta de Jesus Pereira da Silva, func. pública, Alcoentre  
Alexandrina Serrano Ferreira, professora, Aveiras de Cima  
António Alves Reis, electricista, Ortiga  
João Martins, aposentado, Mação  
Francisco Frazão Garcia, estudante, Pernes  
Alexandre Bernardo Costa, comerciante, Santarém  
Alberto Santos da Silva, servente pedreiro, Alto do Bexiga

## Quinzena de «Art' e Cultura Jovem»

A data limite para a inscrição e entrega dos trabalhos destinados à Quinzena de «Art' e Cultura Jovem» termina no dia 25, pelo que, até lá, todos os interessados devem contactar para a Rua Luciano Cordeiro, 24 - A/B - 1100 Lisboa; telefone 52 56 65; e/ou Apartado 10 007 - 1019 Lisboa Codex.

Maria Rosa da Graça Cortes Rocha, empresária, Santarém  
Henrique Manuel Lopes Alcobia, professor, Rio Maior  
Maria de Fátima Valentim Xavier, func. pública, Cartaxo  
Deolinda da Luz de Sousa, caixeira, Riachos  
José Manuel Quaresma da Silva, industrial, Santarém  
Henrique Manuel Cardador, agente comercial, Portela Santarém  
António João Sousa Almeida, comerciante, Golegã  
Guiomar Fragoso, desempregada, Almeirim  
Manuel Farinha, agricultor, Vergada  
Maria da Conceição Lourenço Borrego, estudante, Cartaxo  
José Frazão Paulino, guarda-nocturno, Abitureiras  
Manuel Inverno Silva-Manuel, bancário, Torres Novas  
Esmeralda Ferreira Gomes, enfermeira, Torres Novas  
Maria Lopes, doméstica, Santarém  
Luis Augusto Baptista Pinto, aspirante farmácia, Portela das Padeiras  
José Carvalho Trindade, industrial, Fazendas de Almeirim  
Cármem Maria Gonzalez Bernardes, cabeleireira, Santarém  
Edite Galinha Nunes, comerciante, Santarém  
Maria da Piedade Ferreira Marques Pereira, médica, Santarém  
Rosa Pombo Carmona, professora primária, Ribeira de Santarém  
Manuel Cruz Henriques, ferroviário, Ribeira de Santarém  
Rui Manuel Trindade, desempregado, Ereira  
Isabel da Paz Carvalho Gentil, agricultora, Pombalinho  
Fernando Pereira de Oliveira, estudante, desenhador, Tomar  
Vitor Manuel Cartaxo Agostinho, electricista, Sem Saldos  
Paulo de Oliveira, reformado, Tomar  
José Júlio Coelho dos Santos, vendedor, Tomar  
Carlos Diamantino de Jesus Graça, afinador têxtil, Tomar  
Joaquim Bento, agricultor, Coruche  
Isabel Maria Campino Ribeiro, empregada doméstica, Valada  
José Vasco, médico, Abrantes  
Nelson Madeira Baltsar, engenheiro, Abrantes

## Faleceu José Manuel Pintasilgo

Com 52 anos de idade faleceu, em Lisboa, o jornalista José Manuel Pintasilgo, casado com a sra. D. Maria dos Prazeres Pintasilgo e irmão e único familiar da eng. Maria de Lourdes Pintasilgo.

José Manuel Pintasilgo iniciou a sua carreira de jornalista aos 17 anos ingressando na Redacção da ANI, trabalhando depois no «Diário Ilustrado», Telejornal (nos primórdios da Televisão), jornal «Magazine», e «Diário da Manhã», onde entrou como repórter e, aos 30 anos, apenas, assumiu o cargo de chefe de Redacção, funções que igualmente exerceu no matutino «Época».

Especializado em assuntos económicos acompanhou todas as reuniões interministeriais da EFTA e os primeiros contactos com vista à adesão à CEE.

Colaborou na revista «Gazeta e Pessoas», ingressando depois no «Tempo», de onde saiu em 1979, como protesto contra a campanha de ataques que este semanário passou a fazer a Maria de Lourdes Pintasilgo que então chefiava o Governo. Foi depois adjunto do chefe de Redacção de «O País». Aos 40 anos fundou a Agência PPI (Publicidade, Publicações e Informação), criando o primeiro serviço de recortes classificados e analisados em Portugal. Mais tarde, já com 47 anos, foi um dos fundadores da revista «Espaço T Magazine». Era analista de Imprensa do Estado-Maior-General das Forças Armadas e tinha uma colaboração em órgãos de Comunicação Social de Macau.

O seu funeral realizou-se, no dia 1 de Maio, da Basílica da Estrela, para o cemitério do Alto de S. João *Democracia e Desenvolvimento* apresenta à eng. Maria de Lourdes Pintasilgo a expressão do seu pesar.



# A mudança é possível

JORGE PAPPAMIKAIL\*



O problema principal para a iniciativa privada portuguesa é a sua subordinação crescente às instâncias de crédito internacionais: banca mundial e FMI. A política restritiva financeira, seguida há cerca de dois anos, leva ao desaparecimento da iniciativa privada nacional sempre que a sua dimensão obri-gue, como no passado, ao recurso a crédito bancário. Com a progressão de tal processo veremos a substituição de empresas nacionais por outras, sendo tal espaço económico, obviamente,

ocupado pelo investimento estrangeiro. É a lei do mais forte.

A ineficácia das soluções até agora apresentadas é, pois, a causa do desencanto perante um quadro servil e zeloso das directivas dos nossos credores, sem que se vislumbrem quaisquer perspectivas animadoras, mas antes se adensem e avolumem os motivos de preocupação.

Perante tal estado de coisas há que ter a coragem de levar o País a decidir se quer ou não retomar a sua célebre independência nacional, se quer ou não romper com o permanente deslize degradante e sem esperança do seu nível económico, da sua capacidade de iniciativa e decisão.

Poder-se-á, então, conseguir a adesão da maioria dos portugueses, de todos os quadrantes de opinião, e privilegiar uma política de prioridades pautada pelo interesse nacional, obrigando se necessário a que os partidos modifiquem a sua actuação no sentido de representarem mais os seus eleitores e servirem menos as respectivas estruturas ou aparelhos partidários?

Será ainda possível introduzir uma prática de dignidade do Estado, perdida com a corrupção aberta e descarada com que deparamos a cada passo?

Será ainda possível relançar a economia do Estado sujeitando-a a regras de eficiência e rendibilidade, inapeláveis quanto à responsabilidade real dos gestores como à garantia de manutenção dos postos de trabalho?

Será ainda possível reformular no domínio económico as nossas relações internacionais, nomeadamente com os países africanos de expressão portuguesa, através de vias alternativas?

Seria também possível envolver todo este conjunto de acções num clima de vontade e aceitação da austeridade em que necessariamente terão de ocorrer?

Em última análise a resposta caberá aos portugueses, e ela será afirmativa se todos sentirmos que o exemplo vem do topo, única garantia para que o sacrifício individual não seja perdido ou inútil.

As personagens que decoram o nosso universo político não têm credibilidade pois a sua prática revelou a sua incapacidade e falta de vontade para servirem o País.

Qualquer mudança tem que ser profunda, renovadora, radical. Por isso não vejo, neste momento, quem além da eng. Maria de Lourdes Pintasilgo poderá liderar tal tarefa.

\*Empresário

Fundação Cuidar o Futuro

## Uma esperança e um teste

VITOR CABRAL E SILVA\*



Vivemos um tempo em que os problemas do presente e os desafios do futuro exigem respostas adequadas.

Os políticos profissionais, presas da sua própria falta de imaginação, movem-se em circuito fechado: PROMESSAS-PODER-FRACASSO, agarrados a referências que já não satisfazem porque não previam situações agudas de carência de recursos ou

ameaças generalizadas à sobrevivência.

A política que se esgota na resposta periódica e massificada a estímulos transitórios e objectivos limitados — a ocupação do poder por uma organização política — condena-se a si própria por falta de soluções. O falhanço das últimas maiorias parlamentares é revelador.

Torna-se necessário dinamizar uma vontade colectiva em acção permanente, resultante do aumento da consciência individual da natureza social dos problemas, e não da diluição do indivíduo na massa. Só a participação constante dos cidadãos na busca de soluções conjuntas para os problemas do quotidiano pode conduzir a tal vontade.

Isto implica uma nova atitude do poder e a multiplicação das formas de intervenção na vida política, que terão de ir além dos actos de «delegação de poderes» representados pelas eleições, e da sua estrutura de suporte: os partidos. Há que levar a democracia às raízes.

Mas isto implica também um reordenamento cultural, o derrubar de alguns velhos tabus e a revisão de algumas verdades adquiridas. Candidata fora do quadro partidário, possuidora de uma visão global da política e da vida, conhecedora da interligação entre os problemas nacionais, regionais e locais — a Eng. Maria de Lourdes Pintasilgo — parece-me representar a esperança numa nova dinâmica do Estado e na procura de formas de mobilização e organização da vontade colectiva capazes de conduzir a soluções mais justas, eficazes e equilibradas.

Por outro lado, o advento de um discurso feminino numa área tradicionalmente entranhada de marialvismo provinciano, representa um teste à capacidade dos portugueses saírem do museu e virem construir o futuro ao ar livre — espaço único de um futuro saudável.

É a realização daquela esperança e ao êxito deste teste que me vinculo.

\* Engenheiro

